



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

9ª VARA - JEF - CAMPINA GRANDE-PB

EDITAL Nº 1/2023

SELEÇÃO PÚBLICA UNIFICADA DE CONCILIADORES DA 6ª E DA 9ª VARAS FEDERAIS DA SJPB

OS JUÍZES FEDERAIS TITULARES DA 6ª E DA 9ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA, SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB, DR. GUSTAVO DE PAIVA GADELHA e DR. GILVÂNKLIM MARQUES DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº. 10.259/2001, tornam pública a abertura de inscrições para o processo de Seleção Pública de Conciliadores dos mencionados Juízos, atendidas as condições e termos nos capítulos a seguir:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 – DAS VAGAS

1.1 – O certame visa ao preenchimento de **10 (dez) vagas** para o exercício da função de Conciliador junto aos Juizados Especiais Federais de Campina Grande/PB – 6ª e 9ª Varas Federais da SJPB, distribuídas igualmente entre as duas unidades judiciárias, bem como a formação de **cadastro de reserva do 11º (décimo primeiro) até o 40º (quadragésimo) classificado**.

2 – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1 – Poderão inscrever-se:

2.1.1. Brasileiros, natos ou naturalizados, bacharéis em Direito, inscritos, ou não, na Ordem dos Advogados do Brasil, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos direitos políticos e ausência de incapacidade que impossibilite o exercício da função; e

2.1.2. Brasileiros, natos ou naturalizados, acadêmicos em Direito, **a partir do 6º (sexto) período**, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos direitos políticos e ausência de incapacidade que impossibilite o exercício da função.

3 – DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

3.1 – O exercício da função de Conciliador é gratuito e, se exercida por período contínuo superior a um ano, poderá constituir título para os concursos públicos promovidos pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com a pontuação que lhe for atribuída pelo edital.

3.2 – Ao Conciliador é assegurada a fruição dos direitos e prerrogativas do Jurado, conforme art. 18 da Lei n.º 10.259/01 c/c art. 439 do Código de Processo Penal.

3.3 – A função de Conciliador, quando exercida por bacharel em Direito, é considerada atividade jurídica para fins do art. 93, I, da Constituição Federal (requisito para inscrição definitiva em concurso público para ingresso na carreira da magistratura), nos termos da Resolução n.º 75, de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

4 – DA DURAÇÃO

4.1 – O ofício de Conciliador terá duração de até 02 (dois) anos, admitida a recondução, nos termos do art. 18 da Lei n.º. 10.259/01, a critério do Juiz Titular em exercício na Vara em que o Conciliador estiver lotado, ficando o Conciliador sujeito ao horário regular das audiências de conciliação e de instrução e julgamento.

5 – DA JORNADA

5.1 – A carga horária a que ficam sujeitos os Conciliadores é de, no mínimo, 4(quatro) horas semanais, estando obrigado o Conciliador a permanecer na sede, quando realizado presencialmente o ato, até o encerramento da pauta de audiências a que lhe compete participar, para efeitos do art. 59 da Resolução n.º 75/2009 do CNJ. No caso das pautas virtuais, o Conciliador deve permanecer conectado até a finalização dos trabalhos.

5.2 – Considera-se atividade jurídica, para os efeitos legais, a atuação do bacharel compreendida dentre as atividades elencadas no art. 59 da Resolução n.º 75/2009 do CNJ.

II – DAS INSCRIÇÕES

1 – As inscrições serão realizadas no período de **30/01/2023 a 03/03/2023**, através do **e-mail 9vara@jfpb.jus.br**.

2 – Para se inscrever o candidato deverá:

2.1 – Preencher e assinar o requerimento, **que está disponível nos anexos IV e V deste Edital**, conforme se trate de bacharel ou acadêmico em Direito, e, num e noutro caso, encaminhá-lo em formato .pdf, no período de inscrição informado no item anterior.

2.2 – Encaminhar, ainda, cópia dos seguintes documentos:

2.2.1. Cópia do diploma ou do certificado de conclusão do curso, para os bacharéis em Direito, ou declaração da instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação para os acadêmicos do curso de Direito, com a indicação de que o(a) candidato(a) é aluno(a) devidamente matriculado(a) e está cursando, pelo menos, **o 6º(sexto) período do curso**;

2.2.2 Cópia da cédula oficial de identidade (RG), do CPF e da carteira da OAB, caso possua;

2.2.3 *Curriculum vitae* **com cópia da documentação pertinente.**

2.3 – Na hipótese de candidato cuja inscrição seja realizada através de procurador, é necessária, além de cópia dos documentos do candidato, a cópia do documento de identidade do procurador, bem como a procuração a ele outorgada com fim específico para à realização da inscrição no certame em questão. **Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.**

3 - No Anexo I deste edital segue o cronograma com as datas prováveis da presente seleção pública de Conciliadores.

III – DA SELEÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 – A seleção dos candidatos inscritos será realizada por comissão designada nos termos deste Edital, que será responsável pela análise dos currículos dos candidatos, com atribuição de pontos para cada atividade, seguida de entrevista, a ser realizada no **período provável de 13/03/2023 a 14/03/2023**, em horário que será divulgado previamente no sítio eletrônico da Justiça Federal, e posterior treinamento.

2 – O currículo será avaliado seguindo a escala de 0 (zero) a 4 (quatro) pontos, e serão considerados, entre outros itens, as participações em eventos jurídicos em geral e assemelhados, programas de estágio, extensão e monitoria, exercício anterior da função de conciliador por pelo menos 1 (um) ano (TJ, JF, PROCON, Centros de Conciliação), graduação e especialização em Ciências Jurídicas (**ANEXO III**). **A documentação pertinente deverá ser apresentada no ato da inscrição.**

3 – Na entrevista, verificar-se-á a postura do candidato, desenvoltura, conteúdo (**ANEXO II**) e segurança na solução de situações cotidianas enfrentadas no exercício da função de Conciliador, sendo-lhe atribuído uma pontuação que variará entre 0 (zero) a 6 (seis) (**ANEXO III**).

4 – **Os candidatos selecionados e convocados serão submetidos a regular treinamento, seguindo a ordem de classificação.** O programa do treinamento incluirá a simulação da atuação do Conciliador, o manuseio dos sistemas e programas de computador relacionados a esta (gravação de áudios e anexação de documentos), orientação acerca da postura a ser adotada perante os jurisdicionados e demais informações necessárias.

5 – **A ausência a qualquer das fases da seleção, incluindo a fase de treinamento, implicará eliminação do candidato.**

6 – A homologação do resultado da seleção será feita pelos Juízes Federais Titulares da 6ª e da 9ª Varas da SJPB, a quem compete proceder à nomeação dos selecionados.

IV – DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

1 – Ficam designados os servidores **Hildaires Araújo Ribeiro, Túlio Hamon Dantas de Azevedo Souto e Vilâni Holanda Souto Maior Alves**, para, sob a presidência desta última, constituírem a Comissão de Seleção, responsável pela análise dos currículos e avaliação dos requisitos necessários dos candidatos que se apresentarem no período de inscrição, proceder à entrevista dos referidos candidatos (atribuindo pontuação individual a cada um), e realizar o treinamento dos classificados.

2 – A nota da entrevista será obtida pela média aritmética simples das notas atribuídas individualmente por cada examinador.

3 – A nota final de cada candidato corresponderá à soma da nota alusiva aos pontos do currículo com a nota atribuída na fase de entrevista, na forma do item anterior.

4 – O treinamento será realizado nos moldes do item III – 4.

5 – Caberá à Comissão de Seleção, após a conclusão de seus trabalhos, submeter aos Juízes Federais o relatório final, constando os nomes dos candidatos selecionados e respectiva ordem de classificação, para fins de homologação e posterior publicação no sítio www.jfpb.jus.br.

V – DA HABILITAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1 – Considerar-se-á habilitado para a nomeação, e, por conseguinte, para o exercício da função de Conciliador, o candidato aprovado neste processo seletivo mediante a análise curricular, seguido da entrevista, nos termos dos Capítulos III e IV.

2 – Na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência, para fins de desempate, sucessivamente, o candidato que apresentar:

- a) Maior tempo de serviço comprovado em atividades de conciliação em âmbito judicial;
- b) Maior tempo de estágio no âmbito dos juizados especiais;
- c) Maior pontuação na entrevista;
- d) Maior pontuação no currículo;
- e) Fase mais avançada no curso;
- f) Maior idade.

3 – O Conciliador nomeado firmará Termo de Compromisso, por meio do qual se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 10.259/2001, bem como as normas disciplinares estabelecidas pelo Juízo ao qual estiver vinculado, assim como as diretrizes emanadas por quem estiver responsável pela supervisão das audiências.

4 – O Termo de Compromisso assinado pelo Conciliador não gera direitos à investidura comissionada, a vínculo empregatício, à ajuda de custo, não ensejando, enfim, qualquer ônus para a Justiça Federal, salvo os direitos previstos em lei.

VI – DAS ATRIBUIÇÕES

1 – Aos Conciliadores compete:

1.1 Examinar os processos antes das sessões de conciliação e preparar relatório acerca da lide;

1.2 Abrir e conduzir a sessão de conciliação, sob a supervisão do Juiz, buscando o entendimento entre as partes (“poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia” - §1º, do art. 16, da Lei nº. 12.153/2009);

1.3 Certificar os atos ocorridos na audiência de conciliação;

1.4 Lavrar os termos de acordo e alimentar a planilha de cálculo judicial, submetendo-os à homologação judicial;

1.5 Lavrar os termos de audiência, em não havendo acordo, encaminhando-os ao Juiz do processo, para fins de realização da audiência de instrução e julgamento, se for o caso (§2º, do art. 16, da Lei nº. 12.153/2009);

1.6 Anexar ao processo virtual, os termos de audiência constando o(s) link(s) do(s) depoimento(s) colhido(s) em audiência;

1.7 Além de outras que digam respeito à atividade processual, compatível com as atribuições do Conciliador.

2 – Os Conciliadores ficam impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de Campina Grande, durante o período de exercício da função.

VII – DAS SANÇÕES

1 – O Conciliador poderá sofrer desligamento, em caso de recusa ou falta injustificada de participar de escalação para pauta de audiências, bem como em casos de desídia no cumprimento dos deveres ou ato incompatível com o exercício da sua função.

VIII - DOS RECURSOS

1 – Os recursos visando a impugnar o processo seletivo poderão ser interpostos em **até 02 (dois) dias úteis**, a contar da divulgação do respectivo resultado, devendo ser entregues **por meio do email utilizado para inscrição no certame**, com endereçamento à apreciação da comissão instituída para o fim deste edital.

IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – O prazo de validade deste certame será **por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período**, a critério do Juiz Titular em exercício na Vara.

2 – A inscrição do candidato implicará aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3 – **A fase de entrevista e o treinamento para os convocados ocorrerão de modo presencial** e as despesas relativas à participação em todas as fases correrão às expensas do próprio candidato. A Comissão poderá, por razões de conveniência administrativa, mediante prévia e ampla divulgação, determinar que uma ou mais fases ocorra(m) de modo virtual, sem prejuízo do correto cumprimento de

todas as normas que regem o presente Edital.

4 – Findo o exercício da função, será expedido, pela Direção da respectiva Vara Federal de atuação, certificado ao Conciliador que cumprir fielmente os compromissos assumidos, quando de sua investidura e decorrentes de seu ofício.

5 – O estagiário que integre o quadro dos Juizados Especiais Federais de Campina Grande no prazo de vigência do presente Edital, e que tenha atuado junto ao setor de audiências da unidade jurisdicional com desempenho satisfatório, uma vez ultimado o período de sua função de estágio, por conveniência da administração, e mediante manifestação expressa, poderá ser investido na função de Conciliador.

6 – Os casos omissos serão resolvidos pelos Juízes Federais Titulares da 6ª e da 9ª Vara Federal, a quem compete também dirimir as dúvidas de interpretação deste Edital.

Campina Grande/PB, conforme data de validação.

GUSTAVO DE PAIVA GADELHA

MARQUES DE LIMA

Juiz Federal Titular da 6ª Vara da SJPB

Vara da SJPB

[assinado eletronicamente]

eletronicamente]

GILVÂNKLIM

Juiz Federal Titular da 9ª

[assinado

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE PAIVA GADELHA, JUIZ FEDERAL/JUDICIÁRIA**, em 26/01/2023, às 08:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILVÂNKLIM MARQUES DE LIMA, JUIZ FEDERAL/JUDICIÁRIA**, em 26/01/2023, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3262629** e o código CRC **659808CF**.

ANEXO I

1 – **Publicação do edital – 27/01/2023**

2 – **Período de inscrições – 30/01/2023 a 03/03/2023**

3 – **Divulgação do edital de convocação para realização das entrevistas – 10/03/2023**

4 – Realização das entrevistas – 13/03/2023 a 14/03/2023

5 – Resultado preliminar – 17/03/2023

6 – Data limite para interposição de recursos contra o resultado preliminar – 22/03/2023

7 – Homologação do resultado final e convocação para treinamento – 24/03/2023

ANEXO II

- Conteúdo jurídico (entrevista): ITEM III – 3 do Edital

Conhecimentos básicos:

- Lei 8.213/1991 (Artigos: 1º a 27-A; 42 a 63; 71 a 86; 101 a 124);
- Lei 9.099/1995 (Artigos: 1º a 59);
- Lei 10.259/2001;
- Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.

ANEXO III

AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE CONCILIADORES

O processo seletivo de Conciliadores destina-se a avaliar os candidatos quanto aos itens a seguir:

1) Currículo: até 04 (quatro) pontos

1.1) Participações em eventos jurídicos em geral/assemelhados:

- 1: 0,25 ponto
- 2: 0,5 ponto
- 3: 0,75 ponto
- 4 ou mais: 1 ponto

1.2) Estágio/Extensão/Monitoria/Exercício anterior da função de Conciliador por pelo menos 1 (um) ano (TJ, JF, PROCON, Centros de Conciliação):

- 1: 1 ponto

- 2: 2 pontos

- 3 ou mais: 3 pontos

1.3) Graduação: 2 pontos

1.4) Especialização em Ciências Jurídicas: 3 pontos

2) Entrevista: até 6 (seis) pontos

2.1) Desenvoltura: até 1,5 ponto

2.2) Conteúdo: até 1,5 ponto

2.3) Segurança na solução de situações cotidianas enfrentadas no exercício da função de Conciliador: até 1,5 ponto

2.4) Postura do candidato: até 1,5 ponto

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO – BACHAREL EM DIREITO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES JUIZES FEDERAIS TITULARES DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE CAMPINA GRANDE – 6ª E 9ª VARAS DA SJPB

Eu, **XXXXX**, brasileiro(a), **XXXXX** (estado civil), residente e domiciliado(a) no endereço: **XXXXX**, telefone(s): **XXXXX**, e-mail **XXXXX**, Bacharel(a) em Direito, OAB nº. **XXXXX** (caso seja inscrito(a) na Ordem), RG nº. **XXXXX**, órgão expedidor: **XXXXX**, CPF nº. **XXXXX**, venho, respeitosamente, requerer a Vossas Excelências minha inscrição no processo seletivo para a **função de Conciliador dos Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de Campina Grande/PB**, apresentando, para tanto, a documentação exigida no Edital nº 01/2023.

N. Termos,

P. Deferimento.

CAMPINA GRANDE -PB, XX/XX/2023.

Requerente

ANEXO V – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO – ACADÊMICO DE DIREITO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES JUIZES FEDERAIS TITULARES DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE CAMPINA GRANDE – 6ª E 9ª VARAS DA SJPB

Eu, **XXXXX**, brasileiro(a), **XXXXX** (estado civil), residente e domiciliado(a) no endereço: **XXXXX**, telefone(s): **XXXXX**, e-mail **XXXXX**, acadêmico em Direito, cursando o **XX** período na instituição de ensino superior **XXXXX**, RG nº. **XXXXX**, órgão expedidor: **XXXXX**, CPF nº. **XXXXX**, venho, respeitosamente, requerer a Vossas Excelências minha inscrição no processo seletivo para a **função de Conciliador dos Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de Campina Grande/PB**, apresentando, para tanto, a documentação exigida no Edital nº 01/2023.

N. Termos,

P. Deferimento.

CAMPINA GRANDE -PB, XX/XX/2023.

Requerente